

25% das mulheres que recorrem a IVG são “repetentes”

Desde 2010, ano em que se registou o ‘pico’ de interrupções voluntárias de gravidez na Região (total de 279), o número de abortos tem vindo a diminuir, sendo que nos últimos três anos parece ter estabilizado nas poucas mais de duas centenas. Porém, e embora os números revelem uma estabilização, a verdade é que ainda há uma percentagem de mulheres que recorre mais do que uma vez a estes procedimentos.

De acordo com os dados disponibilizados ao DIÁRIO pelo Instituto de Administração da Saúde (IASAÚDE), no primeiro semestre do corrente ano, realizaram-se 113 IVG na Região, um total em muito semelhante com aquele registado no primeiro semestre de 2017 (111). Destas, 27 já tinha realizado uma IVG anteriormente, o que corresponde a um quarto do total. As restantes 86 fizeram-no pela primeira vez.

Além desse dado que pode ser considerado preocupante, o retrato das mulheres que optam por uma IVG mantém-se semelhante a anos anteriores. Os dados do IASAÚDE revelam que, no primeiro semestre do corrente ano, foram as mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos aquelas que mais recorreram a este tipo de intervenção (52 ou 46%). Seguem-se as mulheres com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos (31 ou 27,4%). Houve ainda 12 mulheres (10,62%) na faixa etária dos 40 aos 49 anos que realizaram uma IVG outras 11 com 18 ou 19 anos (9,73%) que optaram por abortar. Os dados do IASAÚDE revelam ainda que nos primeiros seis meses do ano, 7 raparigas com idade igual ou inferior a 17 anos (6,19%) realizaram um aborto.

A maioria das mulheres que realizaram uma IVG no primeiro semestre do corrente ano não tinham filhos (58 ou 51,3%), mas apesar disso, durante o ano transacto, grande parte das 113 mulheres (77,9% ou 88) não frequentou uma consulta para controlo ou prescrição de métodos contraceptivos. Entre as poucas que frequentaram a consulta, 60% recorreu ao serviço público (15).

52,2% residia no concelho do Funchal (59), sendo maioritariamente de nacionalidade portuguesa (94,7% ou 107); 69,9% era solteira (79), e o nível de instrução mais frequente foi o ensino secundário (49,6%, ou 56). A situação laboral da mulher que realizou IVG, na maioria, foi ‘trabalhador não qualificado’ (8,3%, ou 32), assim como a do companheiro (26,6%, ou 30). 15% eram

estudantes (31).

Relativamente ao acesso ao serviço de saúde para realização da interrupção 59,3% das mulheres (67) acederam ao serviço por iniciativa própria; 24,8% por referência do serviço privado (28) e 15,9% foram encaminhadas por outros serviços do SESARAM (18).

Na generalidade, o tempo de gestação, aquando da intervenção, este-

ve entre as 4-8 semanas (80,5% ou 91), e o tempo de espera para a consulta prévia à intervenção foi, na maioria, entre 0 e 1 dia (62,8% ou 71).

Refira-se ainda que o método contraceptivo mais prescrito após a interrupção da gravidez foi o hormonal oral ou injectável (40,7%, ou 46).

2.404 IVG desde a entrada em vigor da lei

Em Portugal, a IVG passou a não ser punível se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez, na sequência da entrada em vigor da portaria n.º 741-A/2007 de 21 de Junho e ao abrigo da Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril (que alterou o artigo 142.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, e alterado pela Lei n.º 90/97, de 30 Julho).

Na Madeira, depois de seis meses de indefinição, os procedimentos começaram a ser feitos no Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital Dr. Nélio Mendonça, em Janeiro de 2008. Desde então e até ao dia 30 de Junho de 2018, já se realizaram 2.404 IVG.

